



As religiões afro-brasileiras na cidade do Natal: apontamentos sobre história e memórias

A história das religiões afro-brasileiras em terras potiguares ainda está para ser escrita. Uma produção horizontal de conhecimentos que incorpore a participação de diferentes vozes das tradições, do candomblé, da umbanda e da jurema, construindo diálogos que possam superar a visão hegemônica de um único saber. Na literatura local, os escritos deixados por estudiosos da cultura, abarcam um tempo histórico a partir do século XX e se constituem como referências significativas para reflexões e construções de novos conhecimentos. Nesses escritos, a cultura africana é referenciada através de fragmentos de textos historiográficos, etnográficos e crônicas, sem análise do contexto e processo histórico, seguindo a perspectiva teórica e ideológica da época

que desqualifica e estigmatiza a concepção e as práticas religiosas das heranças africana e indígena.

Na primeira metade do século XX a literatura e a memória de religiosos registram as crenças e as práticas da tradição indígena, do culto aos orixás, do espiritismo e da umbanda, marcadas por ações de intolerância, prisões de religiosos, a prática religiosa “às escondidas”, mas falam também da presença do candomblé nagô pernambucano e de um tempo posterior marcado pela organização e fundação de uma federação de umbanda. As matérias publicadas na imprensa local, os estudos sobre a jurema (CASCUDO, 1967) e a umbanda (SANTIAGO, 1973), são as principais referências escritas desse período.

Procurando registrar os cultos de “origem africana e indígena” na cidade de Natal, Câmara Cascudo afirma que sua origem se dá por volta da década de 1920, “por influência pernambucana, acendeu-se em Natal o catimbó (xangô), baixo espiritismo com tendências de candomblé de caboclo, tendo atividade intensa no mundo dos pobres, como destaca o escritor”. Reforçava, valorizava, centralizava a presença das “rezadeiras locais, com sessões, linhas (cantos)” e cerimonial atraente (CASCUDO, 1967, p.107). Para o historiador Tarcísio Medeiros, as raízes desses cultos são encontradas entre os descendentes dos escravizados e aproximadamente no ano de 1950, são produtos de “importação” da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, dentre eles o catimbó ou macumba, xangôs, candomblés ou umbanda (MEDEIROS, 1973, p. 229). Esses autores fazem uma leitura do universo religioso praticado na cidade através dos modelos acadêmicos já consagrados, no entanto

falta uma apropriação mais adequada do contexto em foco. O que eles procuram marcar é apenas a chegada de um modelo de candomblé e de umbanda, porém é importante destacar a existência de uma herança indígena praticada na cidade.

No presente artigo a proposta é apresentar anotações para pensar um processo histórico das religiões afro-brasileiras na cidade de Natal de modo que se possa incorporar as vozes dos sujeitos religiosos, a dinâmica e os marcos sócio-políticos, partes desse processo. Para uma organização do presente texto, apresentamos os segmentos religiosos em forma de tópicos, mas ressaltamos que eles devem ser lidos e compreendidos como parte de um processo em que existem simultaneamente vivenciando intercâmbios, convivência, mas também conflitos e disputas.

Mestras, mestres e a ciência da Jurema

Mestras e mestres detentores dos conhecimentos da jurema deixaram sua semente plantada no universo religioso afro-brasileiro da cidade de Natal. Alguns desses nomes são referências na memória da geração atual, como os de Joaquina de Aguiar, Maria Dantas, Babá Karol, Geraldo Guedes, Geraldo do Caboclo, Chico Alejado, Joaquim Cardoso, Mãe Cizinha. Outros, situados em um tempo mais distante, têm seus nomes citados na historiografia local: Manoel Remígio, Manuel Cipriano, Pombo Roxo, João Davi, Mestre Pereira e Francisca Pereira, Mestre Zinho, Mestre Belarmino, Mestre Germano, Manoel do Rosário, Elvira dos Santos (CASCUDO, 1978; SANTIAGO, 1973).

Nessas referências exalta-se o valor das mestras e dos mestres enquanto detentores dos conhecimentos de uma tradição afro-indígena, a manutenção e a transmissão desses saberes.

O culto da jurema remete aos rituais indígenas descritos pelos cronistas e viajantes do século XVI em que bebiam, fumavam, manipulavam ervas, invocavam seus antepassados, como elementos culturais inseridos nos costumes de práticas vividas coletivamente. A árvore jurema, considerada sagrada, assume uma das representações mais significativas na constituição do culto, dela sendo extraído o ingrediente para a elaboração de uma bebida, com mesmo nome, para uso nos rituais.

Essa prática religiosa, de caráter mágico-curativo, fundamenta-se na crença de entidades espirituais, chamadas de mestres e mestras, que habitam cidades e reinos encantados, cuja função, quando incorporados, é curar doenças, receitar remédios e exorcizar as coisas feitas e os maus espíritos dos corpos das pessoas.

A manutenção da jurema passa pela constituição de prestígio de cada mestra e mestre em suas relações constituídas e através das estratégias que são obrigados a criar frente ao contexto de repressão das instituições sociais. O culto do catimbó-jurema até meados do século XX era realizado às escondidas, em rituais conhecidos como jurema de chão, em locais reservados, muitas vezes dentro das matas na madrugada, devido à repressão policial da época.

Maria Dantas, juremeira e umbandista, responsável pelo Centro Espírita de Umbanda "Caboclo Sete Flechas das Matas", localizado na Rua Coronel Estevam, no bairro do Alecrim, lembra dessa época em

que fazer jurema significava enfrentar a perseguição da polícia: “quando eu comecei tinha 15 anos de idade, lá em Maçaranduba (Taipu/RN), depois eu vim pra Natal. Trabalhava só com mestre... todo mundo sentado no chão, lá na cozinha, trabalho de jurema mesmo, a gente ligava o rádio pra ninguém escutar porque se a polícia pegasse, o pau comia” (Maria Dantas, 70 anos. Entrevista realizada em 13/06/1991).

Geraldo Guedes, outro conhecido juremeiro e umbandista, lembra do seu tempo de iniciante nos anos de 1940 e fala do aprendizado com uma juremeira, conhecida por “veia Joaquina de Aguiar”, que realizava seus trabalhos escondidos. Trabalho “de chão”, sem toque, utilizando a defumação, a cachaça, o rosário, a faca e a tesoura.

Eu estava com uns 20 anos, aí comecei a frequentar uma velha por nome Joaquina de Aguiar, vulgo Quininha, morava na Avenida Sete com a Rua Baraúnas. Trabalhei catorze anos com essa velha. Ela não tinha centro, ela tinha uma casinha que trabalhava, mas o trabalho dela era no mato. Ela não tinha toque, ela defumava o filho com cachimbo, trabalhava com rosário, com cachimbo, com punhal, com peixeira, com tudo, a mesa era uma mesinha baixinha, tinha tudo, uma toalha com vários pontos de caboclo de jurema, de tudo, faca cruzada, tesoura cruzada, essas coisas, então o trabalho dela era aquele, muita bebida que tinha, todo tipo de bebida. Aí eu me dediquei com ela, trabalhava na casa dela e trabalhava no mato. Fomos cercados várias vezes pela polícia, no Morro da Cabocla, no Morro das Almas, no Pitimbu, Barreira D'água, em Guarapes, aqui no Jardim, junto da Lagoa de Extremoz, em Ponta Negra, aonde chamava, a gente ia.

Um dia nós fomos cercados, era doze horas, pela polícia, oito soldados cercou nós, quando eles chegaram não encontraram nada, nós estávamos tudinho dentro da moita, mas pertinho, mais a velha sabia o que tava fazendo, filho ninguém saía daqui, apague as velas... aí a polícia chegou, remexeu tudo e foram embora... a velha era danada... e na casa dela fomos cercados muitas vezes (Geraldo Guedes, 70 anos. Entrevista realizada em 23/05/1991).

São diversos os relatos de prisão dos chamados, pela imprensa, “catimbozeiros” e publicados nas primeiras décadas do século XX no jornal natalense *A República*, em 15/09/1939:

FATOS POLICIAIS. Catimbozeiros nas malhas da Polícia. Foram presos no dia 8 do corrente, pelo Delegado do 3º Distrito, quando realizavam uma sessão de Catimbó nas proximidades do Morro Branco, o indivíduo José Francisco da Silva e a mulher Francisca do Nascimento. Pela mesma autoridade foram intimados a comparecer à referida Delegacia, a fim de prestarem declarações, por acusação da prática de Catimbó, as seguintes pessoas: Benevenuta Maria Gomes, residente na Baixa da Coruja, Rita Duarte da Silva, residente à Avenida Dois. Elvira dos Santos (...) e Francisco Ribeiro do Nascimento, residente à Avenida Trinta e Um, em poder de alguns destes foi apreendida grande quantidade de material usado nas “sessões” (CASCUDO, 1978, p. 25-6).

Destacamos que o relato acima tem como cenário uma delegacia em que um casal, na condição de preso, é coagido a realizar um ritual religioso como demonstração de uma prática considerada criminosa e

exposta a um público de representantes do Estado e demais curiosos. Algumas décadas antes, o mesmo jornal "A República", de 27 de outubro de 1900, publica matéria em que trata da prisão de Manoel Remígio do Nascimento:

Ontem por volta da meia noite a Polícia fez uma boa colheita. Foi o caso que o indivíduo de nome Manoel Remígio do Nascimento, antigo profissional de "feitiçaria", tinha convocado uma sessão para o esquisito local, próximo à lagoa, conhecida por a lagoa de Manoel Felipe, cerca de meia légua distante desta cidade, o que efetivamente se realizou. O velho pajé, vendo-se face a face com um agente policial corajoso e enérgico, assim desautorado e interrompido em meio da sessão magna, onde a alquimia de para com a encenação mágica tinha boquiaberta e presa toda a assistência, composta de onze pessoas, tentou nesse lance oferecer alguma resistência [...] (SANTIAGO, 1973, p. 15).

Santiago (1973) apresenta ainda dados referentes a outros religiosos: "Manoel Cipriano, chegou a Natal em 1928, vindo da Paraíba, indo morar no Morro do Saguim, (Guarapes), onde realizava suas reuniões (...). Manoel do Rosário e Pombo Roxo, na década de 1930, faziam "sessões de despacho", no matagal que circundava os bairros de Petrópolis e Tirol¹.

Ainda segundo o escritor Sérgio Santiago, entre os anos de 1933/34, na Avenida 10, número 1070, bairro do Alecrim, funcionava um centro, que o autor qualifica como uma mistura de "espiritismo e macumba",

As religiões afro-brasileiras na cidade do Natal: apontamentos sobre história e memória.

1 Existe total ausência de informações sobre a trajetória dos religiosos e suas práticas. Aquelas disponíveis são conteúdos que procuram desqualificar e estereotipar a religião e seus praticantes.

cujo chefe era o preto João Davi de Freitas, "filho de escravos saídos dos engenhos de Ceará-Mirim". Este centro, denominado "Cristo, Amor e Caridade", realizava suas sessões nas terças, quintas e sábados. Muitas pessoas frequentavam o espaço para cura de doenças. O mestre recebia o guia espiritual Caboclo Guarani, na realização dos trabalhos de caridade, na cura de doenças. Os rituais eram acompanhados de percussão e adentravam a madrugada" (SANTIAGO, 1973, p. 18). Como descrito pelo autor, o formato desse ritual se aproxima dos realizados nos centros de umbanda organizados a partir da criação da federação.

Embora existissem centros funcionando no início dos anos de 1930, como demonstrado anteriormente, o primeiro espaço religioso afro-brasileiro autorizado pela polícia em Natal foi o Centro Espírita de Umbanda Redentor Aritã, fundado por João Cícero Herculano em 1944, no bairro das Rocas, à Rua Soldado Luiz Gonzaga². Seu dirigente era conhecido por seus trabalhos como curador, uma herança indígena que posteriormente irá somar-se às suas atividades na umbanda.

Esse foi um período muito difícil para as religiões afro-brasileiras, marcado pela repressão policial, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945). Foram construídos e utilizados instrumentos e elementos de controle e de doutrinação social, repressivos e ideológicos, como a criação de uma política cultural que tinha como objetivo principal a criação de um imaginário coletivo de ideias e uma cultura que representasse o povo brasileiro e sua integração à sociedade.

² Este terreiro depois da morte de seu fundador mudou de nome e endereço, passando a se chamar Centro Espírita de Umbanda "Rei das Matas Virgens", localizado na Praia do Meio e funcionando sob a direção do Babalorixá Antônio Martins.

Apesar da existência de centros autorizados para funcionamento, ocorreu em outubro de 1947, a prisão de Francisco Pereira de Lima, Mestre Pereira, no local denominado de Barreira Roxa, próximo da praia de Areia Preta, onde ele residia. Mestre Pereira, “realizava trabalhos obedecendo ao ritual do culto afro-brasileiro” (SANTIAGO, 1973, p.45). A década seguinte caracteriza-se pela contínua repressão policial aos centros/terreiros e aos seus adeptos.

Os juremeiros e as juremeiras criam suas próprias estratégias de existência, manutenção de suas crenças e enfrentamento à repressão institucionalizada. Uma dessas formas de estratégia é a manutenção de uma tradição de jurema, uma linhagem de conhecimentos e saberes, o que é mais que ritualizar, significa viver a relação com a ancestralidade indígena e africana. O babalorixá Melquizedec Costa da Rocha afirma que a tradição de sua jurema vem do seu avô, seu pai biológico, mestre de jurema, e, de uma senhora juremeira, com os quais conheceu a “ciência da jurema” na cidade de João Câmara, onde residia antes de vir morar em Natal.

Além de uma prática de jurema de uma tradição local, existem outras tradições consideradas importantes para os religiosos, como a do Maranhão e a do Acais, ou como os juremeiros/as falam, folha do Acais, que tem por referência a jurema cultuada na cidade de Alhandra/PB. A fama dos mestres e das mestras da família do Acais e a referência de seu passado indígena constituem elementos definidores da representação do modelo de tradição do Acais na jurema.

Em Natal, o responsável pela expansão e reelaboração dessa tradição, a folha do Acais, foi Babá Karol (Jeferson Francisco Eugênio),

babalorixá do candomblé nagô e juremeiro. Nos anos de 1940 ele faz iniciação na casa de Elisabete de França Ferreira, mãe Betinha, em um ritual que contou com a participação do babalorixá Júlio Gomes Moreira, sendo este também responsável por sua consagração na jurema, para o mestre Urubatã. Posteriormente, Babá Karol vai para Alhandra/PB renovar sua jurema, “terminar meu feito” com a mestra Vicência, e aprofundar seu conhecimento com a mestra Angelina, afilhada de jurema de Joana Pé de Chita, mestra renomada na Paraíba (Babá Karol, entrevista realizada em 22/03/1989).

Com a organização e o reconhecimento de uma Federação, no início dos anos de 1960, a umbanda se tornou um espaço no qual o culto da jurema, até então realizado às escondidas, pôde encontrar um terreno propício para a sua prática e manutenção. Será, sobretudo, “no contexto da umbanda que as práticas religiosas populares, como o culto da jurema, por serem marginalizadas, estigmatizadas, estereotipadas e ideologicamente perseguidas, encontram respaldo e espaço para afirmação de suas práticas” (ASSUNÇÃO, 2010, p. 269). Assim, mantendo sua concepção e ritualística, a jurema se organiza no terreiro, reafirma sua prática e os espaços considerados fundamentais, como o quarto da jurema e, em algumas casas, dependendo das condições econômicas, o salão da jurema.

O crescimento da prática da jurema em terreiros não elimina a realização individual das mesas de jurema, ao contrário soma-se ao processo recente de afirmação identitária da jurema no universo das religiões afro-brasileiras que toma forma nas últimas décadas e adentra os espaços

públicos da cidade. Um exemplo dessa ação política são os Encontros de Juremeiros do Rio Grande do Norte e de Natal, promovidos, a partir de 2016, pelo Ogã Ajimudá e por Pai Freitas de Benedito Fumaça, nas cidades de Extremoz e Natal, respectivamente.

O candomblé nagô – o xangô pernambucano faz morada em Natal

Candomblé é um termo usado para se referir às práticas conhecidas como cultos a divindades africanas, conforme a nação cultuada e as tradições seguidas nas diversas regiões do país, de acordo com a matriz cultural linguística dos povos africanos em diáspora para o Brasil. Assim, temos a nação iorubá (nagô, ketu, ijexá, xambá, etc.), a nação jeje (ewe, fon, fânti, ashanti, mina) e a nação bantu (angola, congo, cabinda).

Em Natal, entre as décadas de 1950 e 1960, a literatura e a oralidade dos povos de terreiros registram a chegada do candomblé, em sua variação do rito nagô conhecido como xangô pernambucano (FERNANDES, 1937). Um desses registros trata da narrativa corrente entre os mais velhos sobre a chegada de Inês Neuza de Oliveira, mãe Inês, vinda de Pernambuco, abre um terreiro e bate o primeiro tambor de candomblé na cidade. Babá Karol narra a sua versão sobre o fato:

A primeira pessoa que 'usou batuque de terreiro em Natal' foi Inês, pernambucana vinda da cidade do Recife, ou mais precisamente de Nazaré da Mata.

Nessa casa grande aí em frente, tinha um terreiro de Inês, que já subiu, foi uma das primeiras sementes do meu pai, de nação. Existem pessoas que chegaram primeiro do que eu, mas não com princípios e dentro dos requisitos de religião. Dentro da umbanda batendo terecô, fazendo isso e aquilo, outro usando palma, chegou primeiro, mas a primeira pessoa que usou batuque de terreiro de nação no RN, não fui eu, foi Inês, que era minha irmã. Irmã de santo, filha de meu pai. Então Inês subiu e eu fiquei como a primeira semente do batuque e do candomblé no RN (ASSUNÇÃO, 2014, p. 152). Babá Karol, entrevista realizada em 22 mar. 1989.

A histórica influência da capital pernambucana na região abarca também o universo religioso afro-brasileiro de Natal, na medida em que propicia um fluxo religioso do nagô pernambucano para a capital potiguar, contemplando os praticantes da jurema e da umbanda que vão a Recife em busca de iniciação no candomblé, como também religiosos pernambucanos vêm a Natal realizar funções e participar de eventos. Um dos principais nomes desse trânsito religioso é o Babalorixá Júlio Gomes Moreira, referência das décadas de 1950-1960, para os religiosos natalenses.

Africano, criado pela avó, escravizados na Bahia. Aos sete anos de idade, foi consagrado com Oxalá Babarobô e tinha o Odé da avó como proteção. Da Bahia, parte para a cidade de Maceió, sempre ao lado da avó, por quem foi criado. Quando adulto e casado, vai morar na cidade do Recife, sempre na companhia da avó. Residiu inicialmente no centro da cidade, na Rua Direita, depois nos bairros de Santo Amaro, Torre e, por último, no bairro de Campo Grande. Em sua residência,

mantinha um peji e um quarto onde realizava suas obrigações; não fazia rituais com tambor, mas “na casa dos filhos ele batia e dançava.” Mantinha relações religiosas e de amizade com Mãe Betinha, de quem era padrinho. Faleceu no ano de 1973, centenário e lúcido³. (ASSUNÇÃO, 2014, p. 150).

O babalorixá Júlio Gomes ajudou Mãe Betinha, Elisabete de França Ferreira, sua afilhada, a fazer a iniciação de Babá Karol no candomblé em Recife. Babá Karol chegou a residir em sua casa, tendo-o como um pai. Júlio Gomes foi responsável por iniciar outros pais e mães de santo que fazem parte da história das religiões afro-brasileiras em Natal, como a Mãe Inês citada anteriormente, José Xavier Bezerra, Eduarda da Silva Gomes, Mãe Lúcia Flor, José Clementino, dona Rene Alves Galvão, entre outros.

O nagô pernambucano está também representado de forma muito particular na “casa nagô”, do casal João Miranda e Eduarda da Silva Gomes (Adinha), esta filha de Júlio Gomes, ao procurar manter a tradição do ritual e, sobretudo, por abrir o espaço para outros babalorixás vindos do Recife⁴, como Pai Leó (Leonardo Oliveira) e Pai Nino (Heleno Meireiros de França), chegados na cidade no início dos anos de 1960. Pai Nino vai estabelecer um forte vínculo com a casa, pois antes mesmo de abrir sua casa no bairro Bom Pastor será responsável pela iniciação de pais e mães na casa de João Miranda.

As religiões afro-brasileiras
na cidade do Natal:
spontaneidade, poder,
história e memórias

3 Entrevista realizada com Mãe Genilda de Iemanjá (Genilda Nunes Xavier) dia 25 de novembro de 2009 na casa da Iá Cremilda de Orumaré (Cremilda dos Santos), em Natal/RN.

4 Agenor Tavares, outro recifense, estabelecido com casa aberta no bairro de Brasília Teimosa. Antes de participar da casa de João Miranda, Pai Nino participou das casas de Cícera Alves (Rocas) e a de Agenor Tavares.

Maria da Gloria Silva, Mãe Nem, que chegou a participar da casa de Babá Karol em sua fase inicial, faz iniciação com Pai Leó, fica trabalhando na casa do pai e posteriormente, antes de abrir sua própria casa, assume a função de mãe de santo na casa de Pai Nino. A casa de Iemanjá Sabá de Mãe Nem (Bom Pastor) e o Ilê São Jorge, de João Miranda e Adinha, localizado no bairro de Nazaré, constituíram-se como importantes espaços de resistência na cidade de Natal, principalmente quando o nagô perde espaço no universo religioso da cidade.

O nagô pernambucano somou-se à prática da jurema e da umbanda, que se organizavam na cidade com a criação da federação. O iniciado era preparado no santo e na jurema, estabelecendo uma relação muito próxima entre candomblé e jurema, seguindo o modelo existente nos terreiros recifenses, como é o caso citado de Babá Karol. Essa dupla iniciação também é praticada em Natal. Maria da Gloria Silva, Mãe Nem, relata que, nessa época, existia a prática de preparar “no santo e na Jurema” e fazia um relato de sua experiência: “os axés do ori já ia junto com os axés da Jurema. Quando se saía de roncó, com um mês depois, dava-se um toque pra jurema, pra saber a verdade da Jurema daquele filho de santo” (Mãe Nem. Entrevista realizada em 26/07/2012).

Seguindo um caminho contrário ao estabelecido no modelo do candomblé que predominou na cidade de Natal, nesse mesmo período, início dos anos de 1960, o babalorixá Tenente Barroso faz iniciação no candomblé de rito ketu, na cidade de Salvador. No entanto, apesar da sua casa manter a tradição do candomblé, são os rituais de cura e umbanda que o projetam no mundo religioso da cidade (ASSUNÇÃO, 2020).

A tradição do candomblé nagô predominou nos terreiros em Natal até meados da década 1980, quando o candomblé de tradição iorubana ketu se disseminou rapidamente, acompanhando um antigo movimento presente no candomblé de um retorno simbólico à África (BASTIDE, 1973) em busca de um modelo de “purificação” do candomblé em oposição às práticas sincréticas, como forma de garantir prestígio e legitimação ao pai ou mãe de santo.

Reginaldo Prandi (1991), ao estudar os candomblés em São Paulo, denomina “processo de africanização” esse retorno deliberado à tradição, a busca e legitimação da raiz para recuperar um patrimônio e ser detentor de uma cultura que é negra e brasileira. As reflexões continuam no atual movimento de reafrikanização, em que é central o debate sobre a “verdadeira” tradição e o “monopólio dessa África mítica, bem como o direito de explorar seus fundamentos para afirmar sua fidelidade à tradição” (CAPONE, 2004, p. 293).

No caso do candomblé natalense, essa expansão do ketu na cidade é explicada pelos(as) religiosos(as) na narrativa do percurso realizado por Babá Boni de Xangô (José Bonifácio da Silva) que destaca sua ida para o sudeste do país e ao retornar passa a ser responsável pela renovação e iniciação de pais e mães da cidade⁵. A casa do babalorixá Marcelo Galvão, o Ilê Ilê Ifé Axé Òbálúàiyé (Extremoz/RN) terá um papel fundamental na formação desse cenário religioso. Em 1992 o babalorixá, vindo da tradição do nagô pernambucano, faz sua renovação no santo com Babá Boni

5. Durante esse processo de expansão do candomblé ketu em Natal, são também conhecidas as presenças na cidade de outros babalorixás provenientes de Salvador e Recife.

de Xangô e, na sequência, assume a iniciação de muitos que seguirão o ritual ketu, entre os quais o babalorixá Melquizedec Costa (Ilé Àsc Dajó Obá Ogodó, Extremoz/RN)).

É também significativo lembrar a frequente presença na cidade, a partir de 1992, do babalorixá baiano Cristionizio Francisco de Almeida (Ijitonan), dirigente religioso do Ilé Asé Ijifaromim, casa de tradição ketu na cidade de Feira de Santana/BA. Neste ano Babá Kutu, como é conhecido, tinha vindo para realizar as cerimônias fúnebres do babalorixá Tenente Barroso e inicia uma rede de relações que manterá permanente com religiosos/as da cidade, como as obrigações do orixá de Pai Sérgio de Iemanjá (Sérgio Eduardo Barros), do Parque das Dunas, realizadas em fevereiro de 2020.

Atualmente o rito ketu predomina nas casas de candomblé da cidade, mas existem também as casas da tradição nagô, que continuam a herança dos anos 1950/60, e outras tradições igualmente importantes como jeje, angola e o omolocô.

Na tradição jeje citamos a contribuição de José Maria da Silva, Zé Maria de Oyá (Barracão Jeje Afum Ginlaxé, atualmente em Ceará Mirim/RN) e Francisca Luciene da Silva, Iyá Temi Luciene de Oyá, que em 1998 após passagem pela casa de Pai Zé Maria de Oyá fundou sua própria casa, o Ilé Asé Ogbéòtògundá, no bairro Nossa Senhora da Apresentação. Outra referência significativa é José Maria Ferreira de Gois, Pai Zé Maria d'Oxum, que firma a tradição jeje-nagô em seu Ilé Asé Omim Oxum Agemun (Casa das Águas), no bairro do Pajuçara.

A tradição angola tem sua representação na Casa do Benguê Ngola Djanga Ria Lembaranganga de Moisés Fernandes de Queiroz, no

Loteamento Caminho de Genipabu (Extremoz/RN), que abre sua casa em 1983 após passar pelo nagô no Centro Senhor do Bonfim, dirigido por Mãe Avelina na cidade de Macaíba e a casa angola Casa Raiz do Axé de Nigola de Janga Doyá, em Corumbá, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Pai Marcone Correia Lins após passagem pela Casa do Benguê assume a tradição angola que mantém em seu espaço religioso no Loteamento José Sarney (Natal/RN).

Mãe Ana de Ogum (Ana Avelina Figueira, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN), é um dos nomes mais representativos da linha Omolocô na cidade. Vinda do Rio de Janeiro, em 1980, com apoio do seu filho Wellington Gomes de Melo abre a Tenda Ogum Sete Ondas e em 1993 passa a nomeá-la de Centro Espírita de Umbanda Omoloko de Oxosse Axé Omulu com Yansã, que passa a dirigir juntamente com o babalorixá Edivan Mendes de Moura.

A Umbanda e a criação da Federação

A umbanda brasileira teve sua formação no contexto da primeira metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, acompanhando os movimentos de transformação de uma sociedade urbana, industrial e de novas ideias acerca da cultura brasileira, formando uma religião que reúne elementos africanos, indígenas e europeus.

Na cidade de Natal, como vimos anteriormente, desde os anos de 1940 que centros denominados de umbanda são registrados na delegacia de polícia, mas a constante perseguição a sua realização, leva um grupo

As religiões afro-brasileiras
na cidade do Natal:
epítetos e termos sobre
história e memórias

de religiosos a se unir em torno da ideia de criação de uma organização que congregasse todos os centros. Babá José Clementino relembra sobre esse período:

A umbanda era muito perseguida pela polícia que nos tratava de macumbeiro, feiticeiro, xangozeiro. Quando nos pegava em trabalho ou fazendo sessão eles nos prendiam. Muitas vezes apanhava.

Começou com uma campanha. Intenção de fazer uma federação onde pudesse abrigar os umbandistas para se pudesse trabalhar sem perseguição é sem cadeia. Um pequeno grupo começou a se reunir na casa de Jonas Gomes (Quintas) e nos encontros seguintes, devido à maior presença foram para um galpão na casa de Maria Lina (Carasco). Proposta de conseguir um modelo de estatuto. Na ocasião lembrei que quem podia ajudar era meu pai Júlio Gomes, que era presidente dos cultos africanos de Pernambuco. Foi feita uma colaboração em dinheiro e Maria Lina foi a Recife, retornando três dias depois com as informações necessárias.

A terceira reunião foi realizada com uma participação maior (...) José Clementino, Antônio Martins, Jonas Gomes, José de Gois, Edilson Barbosa, Raimundo Paulino, Francisco Moreira, Maria Lina, José Dantas, Zacarias Galdino, Cícera Alves, Albina Alves Pessoa, Severino Monteiro, quando foi escrita a primeira ata com a elaboração dos estatutos feito por José de Góis (José Clementino, entrevista realizada em 18/07/2018).

No dia 18 de fevereiro de 1963, reunidos sob a direção dos senhores Jonas Gomes e José de Góis, surge a ideia da criação de uma Federação⁶. Nesta reunião compareceram sete dirigentes de Centros da cidade de Natal:

As religiões afro-brasileiras na cidade de Natal: apontamentos sobre história e atualidade

Nome do Centro	Localização/Bairro	Dirigente religioso responsável
C. E. U. Redentor Aritã	Bairro das Rocas	João Cícero Herculano
Pai Joaquim de Angola	Bairro das Rocas	José Clementino
São Jorge	Bairro da Conceição	João Miranda
Santa Bárbara	Bairro da Conceição	João Pereira de Andrade
Pai Oxalá	Bairro do Alecrim	Francisco Moreira da Silva
São Jorge Guerreiro	Bairro do Alecrim	Maria Lina Bezerra
Padre Cícero Romão	Bairro Dom Eugênio	José Dantas

Figura 1 – Centros e dirigentes que participaram da criação da Federação

No dia 05 de maio de 1963 o grupo volta a se reunir, dessa vez no Centro São Jorge Guerreiro, Bairro do Alecrim, com o objetivo de eleger a diretoria efetiva da recém criada Federação dos Cultos de Umbanda do RN, sendo eleita a seguinte diretoria: Presidente Elias Gosson; Vice-Presidente Antônio Martins de Oliveira; Secretário Edílson Barbosa do Nascimento e Tesoureiro Jonas Gomes da Silva. No dia 21 de maio do mesmo ano, a Federação é oficializada.

Dois anos após a fundação, 1965, com mais de quarenta centros filiados, ocorreu uma cisão na diretoria da Federação, devido à imposição do

6 Ainda nesta reunião foi instalada uma diretoria provisória, formada por: Presidente Severino Monteiro; Vice-Presidente Francisco Moreira da Silva; Primeiro Secretário Raimundo Paulino; Segundo Secretário Antônio Martins de Oliveira e Tesoureiro Pedro Raimundo Medeiros.

vice-presidente Antônio Martins em relação às atividades ritualísticas, “não admitindo trabalhos que tivessem Exu e toque de tambor” (SANTIAGO, 1973, p. 21 e 22). Outra Federação foi criada, denominada de Federação Espírita de Umbanda Norte Rio-Grandense⁷, com sede no bairro do Alecrim. Essa divisão não durou muito e “no dia 24 de fevereiro de 1968 na sede do Grêmio Beneficente do Alto do Juruá no Bairro de Petrópolis, se deu a fusão em meio à exaltação dos membros de ambas as diretorias e demais filiados que se confraternizavam” (SANTIAGO, 1973, p. 22).

A criação da Federação acontecia em um período de expansão da umbanda por todos os estados brasileiros, em decorrência da política nacionalista promovida pelo governo do presidente Getúlio Vargas desde os anos de 1930. A proposta de reconhecimento da umbanda enquanto religião e sua organização em federações atendiam a ideologia nacionalista ao ser considerada uma “religião brasileira”, representante da união das três etnias fundadoras da cultura brasileira, a branca, a indígena e a negra.

A legitimação da umbanda pelo Estado não ocorreu de forma harmoniosa, mesmo coincidindo com os ideais de uma política nacionalista de reconhecimento da religião. Ao contrário, foi marcada pela perseguição do Estado, como a obrigatoriedade, em 1934, do registro dos centros nas delegacias de polícias, sob a jurisdição do Departamento de Tóxicos, Mistificação, Diversões e Costumes, vinculando a prática religiosa numa categoria marginal e desviante. Se por um lado o registro lhes permitia a

⁷ Essa Federação tinha como presidente, Antônio Martins; vice-presidente, José de Góis e secretária, Iolanda Xavier Bezerra.

prática legal, por outro atraía a atenção da polícia, aumentava a possibilidade de intimidação e extorsão (BROWN, 1985).

Esse contexto de perseguição do Estado, fez com que muitos centros de umbanda se organizassem em federações, como forma de ter mais legitimidade perante a repressão, oferecer proteção contra a ação policial e buscar apoio de políticos⁸ e simpatizantes da umbanda. A solenidade de criação da Federação com a presença de autoridades políticas do Estado, como governador e prefeito da capital, é um exemplo da formação de estratégias para estabelecer relações com os poderes locais constituídos.

Apesar de não garantir plenamente uma proteção contra a repressão policial, as federações criadas desenvolveram atividades de institucionalização da religião, com a padronização da prática religiosa e a criação do discurso de pureza espiritual, fundamentado numa perspectiva evolucionista, kardecista, e no que era moralmente aceito na sociedade. Esse modelo não conseguiu abarcar a complexidade das múltiplas umbandas em sua dinâmica ao incorporar uma diversidade de elementos à sua prática.

Em Natal, a criação da Federação promoveu a organização de terreiros e a realização de atividades em espaços públicos, como a criação da Festa de Iemanjá realizada na noite de 31 de dezembro na Praia do Meio. Essa organização tornou visível a presença de um número maior de mães de santo como dirigentes religiosas. Ainda no contexto das primeiras reuniões que antecederam a criação da Federação, documentos registram

⁸ No estudo realizado (ASSUNÇÃO, 2020) sobre o acervo documental do babalorixá Tenente Barroso, destaco as relações mantidas com o prefeito de Natal e vereadores, que resultam na assinatura de convênios financeiros entre a Prefeitura e o Centro Humilde de Caridade São Lázaro (Quintas), como ações públicas de intervenção no bairro.

a participação de Maria Lina Bezerra (Carrasco), Cícera Alves (Rocas), Albina Alves Sena (Rocas) e Iolanda Xavier (Cidade da Esperança) nas diferentes ações políticas realizadas.

Entre as décadas de 1970/80 alguns centros de umbanda se destacaram na cidade, como por exemplo, as casas de Mãe Percília (Mãe Luiza) e Mãe Albina (Rocas). Mãe Percília (Percília Vieira da Silva) era nascida no bairro das Rocas e jovem foi morar no Recife, onde fez iniciação e as obrigações no ritual nagô. Voltou para o bairro das Rocas, mais precisamente para a Rua São Jorge, "voltou uma ialorixá famosa" (José Clementino, Entrevista realizada em 18/07/2018). Abriu o terreiro Caboclo Tupinambá, que passou a ser muito frequentado, mas depois da ação repressiva policial, que prendeu pessoas e apreendeu os objetos religiosos, resolveu mudar-se para o bairro de Mãe Luiza, onde ficou até a velhice, quando fechou o centro. Realizava muitas festas, algumas com a participação de comitiva, em torno de quarenta pessoas vindas de terreiro do Recife.

A fama de Mãe Albina (Albina Alves Sena) do Centro Caboclo Mongol garante destaque na imprensa escrita local, que a considerava uma "mulher simples, sensível, de coração aberto, que exerce uma liderança natural entre um segmento que circunda entre as coisas do sobrenatural" (Entrevista. Jornal o Poti, 10/11/1991). Nascida nas Rocas, foi no Rio de Janeiro, no terreiro de Mãe Mariazinha da Bahia que realizou sua iniciação na religião, se "desenvolveu, raspou a cabeça com Xangô". Na citada entrevista ela afirma que "Xangô é o pai de cabeça, é filha de mamãe Oxum, afilhada de Ogum, devota de Maria Buruquê, tem como

guia de frente Caboclo Mongol e Zé Pilintra é seu padrinho”. Ao falar sobre sua vida religiosa, afirma se definir pelo espiritismo “porque acreditei”, mas também se considerava católica, praticante. Anos depois daquela entrevista que ocupa uma página do importante jornal, Mãe Albina fecha o centro e se converte à Igreja Universal do Reino de Deus. Esse quadro de conversão e fechamento de espaços religiosos vai se repetir nos anos seguintes em diferentes decisões tomadas por pais e mães da cidade.

O avanço do segmento religioso neopentecostal traduzido em seu crescimento quantitativo e o controle moral sobre as ideias e a cultura, não é o único fenômeno a impactar a dinâmica da umbanda e as demais religiões afro-brasileiras em Natal, após o período de crescimento descrito anteriormente. O processo de especulação e expansão imobiliária em direção a área da Zona Norte também vai impactar. O crescimento urbano acompanha a chegada de migrantes vindos do interior do estado, entre os quais religiosos que vão se estabelecendo na região. Da mesma forma, casas estabelecidas em bairros considerados da tradição religiosa afro-brasileira vão gradativamente se transferindo para essa nova região em expansão. Enquanto os primeiros vêm em busca de melhores condições de vida, os segundos vão buscar espaços mais adequados para cultivar seus deuses, as entidades espirituais e praticar a religião.

O crescimento da Zona Norte, com os conjuntos habitacionais, loteamentos e uma periferia que cresce nesse desordenado urbano, é acompanhado com a mesma intensidade pelos novos terreiros de umbanda e jurema que são abertos, sobretudo por uma parcela jovem que nas bordas e limites da região metropolitana estabelece conexões e elabora formas

de vivenciar a religião. Esse reordenamento espacial traz também outras questões, como aquelas relacionadas à situação fundiária e à regularização jurídica das casas.

Considerações finais

Procurei apresentar algumas anotações, memórias e escritos de um passado recente, e reflexões sobre questões que permanecem na vida de homens e mulheres, em suas relações com o sagrado e em suas vidas cotidianas. O importante aqui é destacar o múltiplo universo que compõe as denominadas religiões afro-brasileiras, mas também suas especificidades e conexões construídas. A jurema, o candomblé e a umbanda, como vimos, têm suas próprias trajetórias, traçam suas identidades, mas também se articulam nos conhecimentos e práticas de cada religioso/a ao conduzir o seu saber e sua relação com o sagrado.

A intolerância religiosa continua a ser enfrentada. Novas questões a constituem ao assumir formas e contornos racistas cada vez mais complexos. Desqualifica, persegue, criminaliza. As comunidades de terreiro procuram se organizar e exigir seus direitos constitucionais, cujos resultados podem ser observados na criação em 2020, de uma Frente Parlamentar ligada à Assembleia Estadual, e, no ano seguinte, a instituição pelo Governo do Estado, a partir do mandato da Deputada Isolda Dantas (PT), da Política Estadual de Combate à Intolerância Religiosa no Estado do RN (Projeto de Lei número 381/2021, 28/10/2021). A Câmara Municipal de Natal aprova em novembro de 2021, projeto

proposto pela Vereadora Divaneide Basílio (PT) que trata da Frente Parlamentar de Promoção e Defesa das Comunidades Tradicionais e Povos de Terreiros de Natal.

A presença das comunidades, em especial da camada jovem, na ocupação dos espaços públicos e institucionais tem avançado como ação política de afirmação de pertencimentos e construção identitária afro-religiosa, mas também como recurso contra a intolerância e o racismo. A promoção de atividades como os encontros de juremeiros, o fórum estadual das comunidades tradicionais de terreiros, a mediação da cultura na criação dos blocos e os cortejos dos afoxés, os seminários temáticos realizados nos terreiros e a presença desses jovens nas discussões e implementação das políticas públicas na área de cultura, poderá trazer consequências na formulação de um projeto político para as próximas décadas.

Referências

ASSUNÇÃO, Luiz. A tradição do Acais na Jurema natalense: memória, identidade e política. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luiz: EDUFMA, 2014.

ASSUNÇÃO, Luiz. **O reino dos mestres**: a tradição da jurema na umbanda nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

ASSUNÇÃO, Luiz. Saberes escritos e guardados: O acervo documental do Centro Humilde de Caridade São Lázaro. **Vivência Revista de Antropologia**, Natal: PPGAS/UFRN, vol. 1, n. 55, 2020.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. In: BROWN, Diana et alii. **Umbanda & Política**. **Cadernos do ISER** nº 18. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

CAPONE, Stefania. **A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas/ Contracapa, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro.** Rio de Janeiro: Agir, 1978.

FERNANDES, Gonçalves. **Xangôs do Nordeste.** Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

JORNAL O POTI. Perfis de corpo inteiro: Mãe Albina. Entrevista a Abimael Moraes. Natal: Jornal O Poti, Domingo, Revista, p. 9, 10/11/1991.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte.** Natal: Imprensa Universitária, 1973

PRANDI, José Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova.** São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTIAGO, Sérgio. **O ritual umbandista.** Natal: Fundação José Augusto, 1973.

UERN

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Círcia Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Revisão

Andrea Regina Fernandes Linhares

Capa e ilustrações

Daniel Fernandes de Macedo

Técnica nanquim sobre papel

Projeto gráfico e diagramação

Terceirize Editora

Impressão

Gráfica Sul

Produção

RN EDITORA

**Conselho Editorial das Edições UERN**

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Memória religiosa da cidade do Natal Vol.2: coletânea de ensaios. / Irene de Araújo van den Berg Silva (Org). – Mossoró, RN: Edições UERN: 2022, RN Editora

242 p. v.2

ISBN: 978-85-7621-323-9.

1. História da religião. 2. Memórias religiosas – Natal(RN). 3. Práticas religiosas – espaço urbano. I. Silva, Irene de Araújo van den Berg. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/BC

COD 209

Bibliotecário: Jocelânia Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319